

**Encontro Inter-regiões - Centro-Oeste**Centro-Oeste - Evento virtual  
De 1 a 31 de outubro de 2020**EXPOCOM - RELATÓRIO DE PRODUÇÃO DO TRABALHO**

<b>INSCRIÇÃO</b>	00359
<b>INSTITUIÇÃO</b>	Universidade de Brasília
<b>CAMPUS</b>	Darcy Ribeiro
<b>CIDADE</b>	Brasília
<b>UF</b>	DF
<b>CATEGORIA</b>	JO
<b>MODALIDADE</b>	JO11
<b>TÍTULO</b>	Verbas Indenizatórias e Cotas Parlamentares - Um Breve Guia de Fiscalização
<b>ESTUDANTE-LÍDER</b>	Daniel Marques Vieira
<b>CURSO ESTUDANTE-LÍDER</b>	Jornalismo
<b>COAUTOR(ES)/ ORIENTADOR(ES) CURSOS:</b>	Elen Cristina Gerales (Universidade de Brasília); Pedro Henrique Mendes Gomes (Universidade de Brasília)

**DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO:**

O produto consiste em um trabalho misto entre um livro-reportagem e um manual de fiscalização para estudantes e jornalistas que ainda não lidaram com o tema das verbas indenizatórias (VI), mas também para os demais cidadãos. Apesar de muito se falar da importância fiscalizadora do jornalismo, na literatura especializada pouco material é encontrado que traga técnicas detalhadas para a investigação mais aprofundada dos gastos públicos e que deem ao jornalista o conhecimento técnico necessário para que possa ter uma efetiva participação no accountability governamental. No campo do jornalismo político, o foco dos manuais costuma ser nas questões éticas, no contato com a fonte e nos grandes escândalos. Porém, quando a Lei de Acesso à Informação entrou em vigor, uma gigantesca nova gama de dados se tornou acessível para os jornalistas, criando a necessidade de um maior aprofundamento nos manuais técnicos sobre a análise desses dados, agora acessíveis. O livro tem como objetivo preencher parte dessa lacuna. Escolhemos trabalhar com as verbas indenizatórias, e as demais deixamos de ser abordadas no produto, para que o material pudesse ser mais assertivo e preciso. O valor mensal desse dinheiro varia de acordo com a casa legislativa. O parlamentar pode utilizar a verba para gastos com locação de imóveis para apoio parlamentar, aquisição de combustíveis e lubrificantes automotivos, contratar consultorias, gastos com alimentação e viagens, quando estiver realizando atividades relacionadas ao mandato. As despesas são pagas pelo próprio parlamentar e depois ressarcidas pela casa legislativa em que ele cumpre mandato. No entanto, muitas vezes o recurso é usado de forma indevida. No material passamos pelos seguintes assuntos: 1 - O que significa a verba e qual sua função no mandato dos parlamentares; 2 - Como funciona o gasto e o ressarcimento e em quais produtos e situações o deputado recebe de volta o dinheiro gasto; 3 - Como identificar possíveis irregularidades nos gastos da verba indenizatória; e 4 - Quais os mecanismos de transparência dos gastos com VI existem na Câmara dos Deputados, Senado Federal e assembleias e câmaras legislativas. Com todos esses objetivos atingidos, o leitor poderá entender os gastos com verba indenizatória. Saberá quanto, onde e como esse dinheiro pode ser usado. Além disso, terá também um ponto de partida para começar a fiscalizar essas despesas - saberá onde estão as principais brechas. O livro foi apresentado como trabalho de conclusão de curso em jornalismo pela Universidade de Brasília (UnB) no segundo semestre de 2019.

**DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS REALIZADAS:**

O trabalho começou com a coleta de referências sobre os gastos parlamentares, em especial sobre as chamadas cotas parlamentares, verba disponível para financiar atividades relativas ao mandato. Portanto, a primeira técnica de pesquisa utilizada na elaboração do produto foi a pesquisa bibliográfica de trabalhos voltados para esta temática. Outras leituras teóricas nos basearam para estruturar o projeto. A base teórica do trabalho está alicerçada em leituras sobre a relação de privilégios que permeiam a sociedade brasileira. Também discutimos os conceitos de democracia e mediação, além do controle social da política. Por fim, trouxemos leituras de jornalismo investigativo para estabelecer o método jornalístico. Apesar de já terem tido contato com o tema, os autores nunca tinham se aprofundado na fiscalização da verba. Então, tornou-se necessário realizar entrevistas com especialistas, jornalistas ou não. Outra parte fundamental do trabalho foi a apuração das normas que regem as cotas parlamentares na Câmara dos Deputados e

no Senado Federal e os dados das assembleias legislativas utilizados no desenvolvimento dos gráficos apresentados no trabalho. Para fazer esse levantamento, foi necessária uma pesquisa mais aprofundada das normas de cada casa legislativa estadual para compreender o funcionamento da verba e qual o valor disponível para cada parlamentar. Muitas informações encontramos nas páginas de transparência ativa dos órgãos, mas, em alguns casos, como no Acre e em Alagoas, foi necessária uma apuração mais trabalhosa.

### **DESCRIÇÃO DA PRODUÇÃO:**

Antes de ser finalizado, o produto passou por diversas modificações, de formato e tema, até atingir sua versão final impressa. O primeiro passo foi a pesquisa sobre o assunto, com leituras sobre as cotas parlamentares e também das normas que regulam a utilização dessas verbas. Para a construção de um referencial teórico, resgatamos as origens da cultura de privilégios na sociedade brasileira, como descrito por Sérgio Buarque de Holanda (2006) em "Raízes do Brasil". Para Campelo e Liberato (2017) no artigo "O republicanismo em face das prerrogativas e privilégios parlamentares: uma análise acerca da representação republicana no Brasil", a posição de poder e privilégios de antigos donos de terras durante o império serviu como base para a construção da cultura política que perdura até hoje. Para Luís Felipe Miguel (2005), em "Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política", o sistema funciona de modo a propiciar a existência de uma classe de "políticos profissionais", que se deslocam da população, em status e privilégios. Ponderamos também que nesse contexto, é papel do jornalista fiscalizar esses benefícios. Charles Wright pondera: "Em relação à sociedade, a difusão da informação desempenha duas funções: perante ameaças e perigos imprevistos, oferece a possibilidade de alertar os cidadãos". Com base nisso, definimos como objetivo do trabalho esquematizar formas de fiscalização ativa do uso desse dinheiro público por meio da atividade jornalística. Além dessa pesquisa inicial, entrevistamos especialistas, entre eles jornalistas. Foi utilizado o método das entrevistas semi-estruturadas, isto é, com um roteiro pré-determinado, mas com flexibilidade suficiente para se adequar às respostas do entrevistado. Eles ajudaram a definir pontos essenciais do livro, como quais são os itens que deveriam ser citados como indícios de irregularidades e quais são os itens mais importantes em uma página de transparência ativa. Os principais pontos que exigem a atenção do fiscalizador também foram definidos com base na análise de matérias jornalísticas já publicadas. O trabalho traz uma análise sobre os níveis de transparência de cada casa legislativa federal, estadual e do DF em relação aos pagamentos de verbas indenizatórias. Foi construída uma lista de sete critérios que propiciam um controle social efetivo. Somente a Câmara dos Deputados alcançou pontuação máxima, 7. As assembleias do Distrito Federal e do Amapá tiveram pontuação 6. No extremo oposto do ranking, quatro assembleias não tinham nenhum mecanismo de transparência e por isso tiveram pontuação zerada: Acre, Alagoas, Mato Grosso e Pará. O trabalho também mapeou e tabelou os valores disponibilizados aos parlamentares em cada assembleia legislativa, pesquisa que rendeu um mapa de calor que compara os valores disponibilizados em cada casa. O levantamento mostra que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMG) é a que disponibiliza o maior valor (R\$ 65 mil) e ao menos tempo é uma das casas que ocupam a pior classificação em nível de transparência. O produto final consiste em um livro de 60 páginas disponibilizado de forma impressa e digital. A arte da capa, produzida pela designer André Wallace, mostra maços e notas de dinheiro sobre o Congresso Nacional, representando a quantidade de verba envolvida no fazer político. A arte relaciona os níveis de transparência das casas com a icônica arquitetura dos prédios. No lado da Câmara dos Deputados, o dinheiro está evidente sobre o "prato" formado pela cúpula. Já no lado do Senado, o dinheiro aparece oculto sob a redoma. Antes da impressão, a primeira versão do texto passou por uma revisão minuciosa de forma e conteúdo. Também foi realizado um serviço de diagramação do texto e dos elementos gráficos. A impressão e secretaria gráfica foi feita em uma pequena empresa gráfica em Brasília. A apresentação à banca avaliadora foi feita no dia 29 de novembro de 2019.